

Líder prevê problemas no Congresso

Recife — O líder do Governo na Câmara dos Deputados, Roberto Freire (PPS-PE), considera “muito difícil negociar com o Congresso Nacional, no atual quadro político, a antecipação de uma ampla reforma fiscal para que o Governo desista da cobrança do IPMF”. A proposta foi levantada pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, em entrevista, em Brasília. Para Roberto Freire, a provável vitória do presidencialismo no plebiscito de 21 de abril dificultará ainda mais os entendimentos políticos no Congresso.

“Com a deflagração da corrida presidencial, argumenta Freire,

fica ainda mais complicado obter consenso para aprovar qualquer emenda constitucional, que exige quorum de três quintos”. Freire lembra das dificuldades que o Governo já enfrentou para aprovar o ajuste fiscal proposto pelo ex-ministro Gustavo Krause.

“Uma reforma fiscal envolve questões políticas muito graves. Implica uma discussão federativa e confronta interesses regionais. É muito difícil conseguir consenso para uma proposta desta natureza neste momento”, explica Freire.

Para o líder do Governo seria mais viável discutir a proposta de reforma fiscal juntamente com o

processo de revisão constitucional. Mas, argumenta Freire, diante da provável vitória presidencialista, nem o calendário da revisão constitucional está garantido.

Defensor intransigente do IPMF, Freire está convencido de que a cobrança do imposto é a única alternativa concreta, a curto prazo, que o Governo tem para reforçar seu caixa. Ele espera apenas o parecer da comissão de finanças da Câmara dos Deputados para decidir se o Governo pedirá regime de urgência na votação da regulamentação do IPMF. Freire está em Recife, descansando com a família, até segunda-feira.